



Número especial do Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez
(presidente da ECOECO)

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho
(vice - presidente da ECOECO)

Joseph Samson Weiss
(diretor da ECOECO)

Editores Convidados

Introdução

Esse é o segundo número especial da Revista Iberoamericana de Economía Ecológica com artigos selecionados dentre os apresentados no VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO), realizado no período de 5 a 7 de agosto de 2009, em Cuiabá, Mato Grosso. Foram selecionados quatro textos que são comentados a seguir.

O texto, de autoria de Gesmar Rosa dos Santos, do IPEA e Magda Eva Soares de F. Wehrmann do CDS da Universidade de Brasília (UnB), apresenta uma análise crítica do papel das políticas públicas no desenvolvimento da agroenergia no Brasil, com foco na promoção da sustentabilidade da produção de biocombustíveis no meio rural das regiões Nordeste (bioma Caatinga) e Centro-Oeste (bioma Cerrado). No artigo os autores analisam as interações entre os fatores determinantes do desenvolvimento das políticas e a sua relação com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel e do Plano de Agroenergia. Nesse contexto identificam as contradições entre oportunidades e desafios da agroenergia no contexto da relação campo-cidade e agricultura-indústria. Para os autores, é preciso repensar a estratégia brasileira para essa atividade e tornar as

ações do poder público não apenas reativa aos acontecimentos do mercado.

Jaison Luís Cervi e Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho, técnicos do IBGE, aplicam a metodologia da Pegada Ecológica - área bioprodutiva necessária para assegurar a sobrevivência sustentável de um determinado contingente populacional - a população residente do Município do Rio de Janeiro. Foram estimados valores, em área bioprodutiva, para o consumo alimentar, de água, energia elétrica, produção de lixo, emissões de CO₂, consumo de gás, produtos florestais e área construída. O somatório desses consumos em hectares foi confrontado com a área bioprodutiva disponível composta de área construída, de cultivo, pastagem, mar, floresta e para seqüestro de carbono. O saldo ecológico do consumo da população em 2003 excedeu a capacidade de carga ambiental em quase de 200 vezes a área do município. O trabalho mostra que é insustentável a apropriação de recursos naturais e a geração de resíduos, pois excede a capacidade das fontes naturais de produzir recursos necessários à manutenção do consumo e à absorção dos resíduos gerados pelo consumo. Segundo os autores, esses resultados mostram que urge promover mudanças em nosso padrão de consumo.

A preocupação da sociedade com a preservação e a qualidade dos recursos hídricos é crescente, dada a relativa escassez e o processo de degradação desses ativos ambientais que decorrem, dentre outros motivos, da ocupação desordenada de áreas próximas às nascentes de rios, lagos e outras fontes, do lançamento de resíduos pelas populações e como resultado das atividades econômicas e da destruição de vegetação em nascentes e encostas. José Aroudo Mota, do IPEA, Marcel Bursztyn, do CDS/UnB, José Oswaldo Cândido Jr, também do IPEA, Feruccio Bilich, da UnB, e Marcelo Teixeira da Silveira, do MMA abordam a crise anunciada de água no Distrito Federal onde nascem três grandes rios. Dado que a população, consciente com os prejuízos da poluição hídrica, está



crescentemente disposta a pagar uma quantia extra de sua renda para ter água de melhor qualidade, o estudo analisa os efeitos socioeconômicos e ambientais nos preços real e contingente da água proveniente das barragens do sistema Santa Maria/Torto no DF. A partir do método de valoração contingente os autores estimaram a disposição a pagar dos moradores; o estudo mostra que eles estão fortemente influenciados pelos níveis de consumo e idade do consumidor.

O quarto artigo elaborado por Patrícia Fernanda da Silva Pereira Vieira, Darci de Oliveira Cruz, Marília Fernandes Maciel Gomes, Lúcio Antônio de Oliveira Campos e João Eustáquio de Lima da Universidade Federal de Viçosa também trata de valoração econômica da natureza. Nesse trabalho os autores estudaram o serviço ecossistêmico de polinização por abelhas. Foram estudados os custos evitados com salários e encargos sociais em três propriedades que cultivam o maracujá-amarelo quando se beneficiam da polinização natural pelas abelhas mamangavas. Os produtores entrevistados tinham assim incentivos para conservar a vegetação local para que essas abelhas nidificassem e encontrassem alimentos alternativos enquanto o período de florescimento do maracujá estava interrompido.

Esperamos que a leitura desses artigos seja estimulante.

Os Editores

Brasil, Julho 2010